

IMPACTO NO RS

Quinquênio vai custar R\$ 250 milhões por ano

MARCELO GONZATTO

marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

Em fase final de tramitação no Senado, uma proposta que reinstitui o pagamento de quinquênios a juízes e membros do Ministério Público pode resultar em um impacto financeiro de pelo menos R\$ 250 milhões ao ano para os cofres do Rio Grande do Sul.

O cálculo feito pelo consultor legislativo do Senado Luiz Alberto dos Santos aponta ainda elevação de R\$ 7,5 bilhões anuais, em nível nacional, somadas todas as esferas dos poderes. O especialista sustenta que os valores podem ser maiores, já que nem sempre as informações disponíveis nos portais de transparência, usados como base para o levantamento, fornecem os dados necessários de forma detalhada.

As contas do consultor do Senado – também professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas e ex-subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência entre 2003 e 2014 – indicam elevação de pelo menos R\$ 88,5 milhões anuais para magistrados da ativa em primeira e segunda instâncias da Justiça gaúcha e de R\$ 77,3 milhões para promotores e procuradores do Ministério Público Estadual.

Contabilizados os servidores inativos por meio de estimativas mínimas, o valor saltaria para algo próximo aos R\$ 250 milhões anuais de impacto imediato. A projeção considera percentual médio de 20% de quinquênios aplicados logo após a eventual aprovação da mudança, mas não há como ter

número preciso porque poderia ser contabilizado inclusive tempo de advocacia privada para o cálculo do benefício individual.

Apenas para comparação, isso é pouco menos do que o valor total de despesas com pessoal e encargos sociais informado pela página de Transparência do Tribunal de Justiça (TJRS) para o mês de abril, que ficou em R\$ 261,8 milhões. A cifra também equivale a todo o investimento anunciado pelo Piratini no ano passado para o programa Avançar na Saúde, que previu melhorias em hospitais, assistência farmacêutica e unidades de atenção básica.

Uma das preocupações do consultor Luiz Alberto dos Santos é de que emendas ao projeto ou ações judiciais de equiparação possam vir a estender os benefícios a outras categorias e multiplicar as cifras envolvidas.

– Nesse caso, se a medida fosse ampliada para outras carreiras, poderia facilmente chegar a R\$ 84 bilhões ao ano em todo o país – avalia o especialista.

Reação

A proposta de emenda à Constituição (PEC) 63/2013 prevê o pagamento de 5% a mais a cada cinco anos de trabalho para essas categorias. A possibilidade de aumento dos gastos públicos já mobiliza a Frente Parlamentar de Combate aos Privilégios da Assembleia, que no mês passado entregou documento à bancada federal do Estado pedindo que se posicione de forma contrária à iniciativa.

– Pedimos não só que votem contra a proposta, mas que se manifestem publicamente contra

ela. Temos de batalhar por maior responsabilidade com o dinheiro público – afirma a presidente da frente parlamentar, deputada Any Ortiz (Cidadania).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sustenta que o projeto deverá ser votado após acordo entre os líderes partidários, ainda sem data definida.

Justificativa

Pacheco afirma que a combinação dessa medida com outro projeto, que barra os supersalários e ainda está em avaliação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), fecharia “a porteira para desmandos, distorções e excessos”, em vez de provocar uma disparada nos gastos públicos.

– E muito razoável ter o aumento pelo tempo de serviço e não por auxílios que não tenham justificativa. Fecha essa porteira. E lembro que isso não vai aumentar a transferência de recursos, porque haverá, dentro do orçamento já existente uma prioridade para a reestruturação da carreira desses profissionais. Essa é a intenção dos dois projetos: ao mesmo tempo corrigir distorções e estimular essas carreiras a progredir – disse Pacheco à Agência Senado.

O consultor legislativo Luiz Alberto dos Santos, porém, observa que a redação atual da proposta sobre os quinquênios livraria essa medida do teto salarial, além do risco de impacto multiplicado caso seja estendida ainda a outras carreiras do serviço público.

Procurados por ZH, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público preferiram não se manifestar no momento sobre esse tema.



Proposta pronta para ser votada no Senado beneficia juízes e membros do Ministério Público

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 10